



Enel X Way Brasil S.A.

CNPJ: 46.076.598/0001-01

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes



Enel X Way Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel X Way Brasil S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2025.

Diretoria executiva

Francisco Scroffa

Cargo

Diretor

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Enel X Way Brasil S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel X Way Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel X Way Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

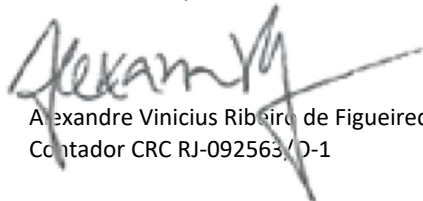
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.221	4.879
Contas a receber de clientes	4	30.339	37.483
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		231	-
Outros tributos compensáveis	6	403	4.193
Estoque	5	9.126	10.993
Adiantamento a fornecedores	7	3.366	9.599
Outros créditos		455	611
Total do ativo circulante		47.141	67.758
Ativo não circulante			
Outros tributos compensáveis	6	3.769	-
Tributos diferidos	18	5.926	2.421
Imobilizado	8	-	345
Total do ativo não circulante		9.695	2.766
Total do ativo		56.836	70.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	35.822	46.984
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	936
Outras obrigações fiscais	11	5.492	4.715
Salários, provisões e encargos sociais		220	306
Outras obrigações		1.580	144
Total do passivo circulante		43.114	53.085
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	37.045	20.045
Prejuízos acumulados		(23.323)	(2.606)
Total do patrimônio líquido		13.722	17.439
Total do passivo		56.836	70.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	15	3.193	34.474
Custo	16	(2.643)	(30.877)
Lucro bruto (prejuízo)		550	3.597
<u>Despesas operacionais</u>	16		
Despesas gerais e administrativas		(13.797)	(5.451)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(125)	(116)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos		(8.682)	-
Total despesas operacionais		(22.604)	(5.567)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(22.054)	(1.970)
<u>Resultado financeiro</u>	17		
Receitas financeiras		328	548
Despesas financeiras		(566)	(127)
Variações cambiais líquidas		(1.930)	125
Total do resultado financeiro		(2.168)	546
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(24.222)	(1.424)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(1.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.505	1.529
Total dos tributos		3.505	508
Prejuízo do exercício		(20.717)	(916)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	14	(0,7051)	(0,0967)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(20.717)	(916)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(20.717)	(916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>		
	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.045	(1.690)	1.355
<u>Resultado abrangente total:</u>			
Prejuízo do exercício	-	(916)	(916)
<u>Transações com os acionistas</u>			
Aumento de capital	17.000	-	17.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.045	(2.606)	17.439
<u>Resultado abrangente total:</u>			
Prejuízo do exercício	-	(20.717)	(20.717)
<u>Transações com os acionistas</u>			
Aumento de capital	17.000	-	17.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.045	(23.323)	13.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(20.717)	(916)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	8.682	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	125	116
Juros sobre mútuo	382	-
Baixas de estoque	1.508	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(3.505)	(1.529)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	7.019	(37.599)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(231)	-
Outros tributos compensáveis	21	(4.193)
Estoque	359	-
Adiantamento a fornecedores	6.233	(9.599)
Outros créditos	156	(611)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(11.162)	33.832
Imposto de renda e contribuição social a pagar	85	948
Outras obrigações fiscais	777	4.171
Salários, provisões e encargos sociais	(86)	306
Outras obrigações	1.436	144
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(382)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.021)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(10.321)	(14.930)
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(8.337)	(345)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(8.337)	(345)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Aumento de capital	17.000	17.000
Captação de mútuo	13.099	-
Pagamento de mútuo (principal)	(13.099)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	17.000	17.000
Varição no caixa líquido	(1.658)	1.725
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.879	3.154
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.221	4.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel X Way Brasil S.A. (“X Way” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada diretamente pela Enel X Way S.R.L (sede na Itália), atua no setor da mobilidade elétrica, criação e gestão de infraestruturas de carregamento elétrico, concepção, investigação, promoção, desenvolvimento, produção, comercialização, instalação, gestão e manutenção infraestruturas e carregamento de veículos elétricos, prestação e gestão de serviços relacionados a mobilidade elétrica, veículos elétricos e seu carregamento, público ou particular.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de janeiro de 2023 foi aprovada alteração do objeto social da Companhia para inclusão de atividades de venda de materiais e equipamentos e respectiva atualização do artigo 2º do seu estatuto social.

1.1 Continuidade operacional

Durante o exercício de 2023, a Companhia atuou no setor de mobilidade elétrica, na venda de equipamentos de infraestrutura de carregamento de veículos elétricos relacionados ao transporte público e privado. Em 2024, a atuação focou no setor privado, principalmente na venda de equipamentos de recarga de carros elétricos. Diante disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido um *impairment* de R\$ 8.682 de imobilizado (nota explicativa nº 8 e 16), relacionados a equipamentos de recarga de ônibus elétricos, de acordo com a reavaliação da Companhia para a atividade de mobilidade urbana no Brasil. Em 2025, a Companhia continuará atuando na venda de equipamentos focado no segmento privado para carros elétricos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 10 de junho de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 12 – Provisões para processos judiciais,

Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e

Nota 20 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	2.945	202
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	276	4.677
Total	3.221	4.879

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários foram remunerados em média a 97,00% do CDI (99,67% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 20).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de carregadores veiculares, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos			Total	PECLD	31.12.2024	
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias			
Clientes		364	223	1	1.436	378	2.402	(241)	2.161
Contas a receber - partes relacionadas	19	-	16	16	-	28.146	28.178	-	28.178
Total		364	239	17	1.436	28.524	30.580	(241)	30.339

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2023
			de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias			
Clientes		9.250	584	18	9.852	(116)	9.736
Contas a receber - partes relacionadas	19	26.326	203	1.218	27.747	-	27.747
Total		35.576	787	1.236	37.599	(116)	37.483

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Provisões	(116)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(116)
Provisões	(125)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(241)

5. Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo de aquisição, que inclui todos os custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, utilizando o método da média ponderada móvel, que é determinada à medida que cada produto seja recebido, dependendo das circunstâncias da entidade.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis junto ao fisco, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

O valor realizável líquido corresponde ao valor estimado de venda no curso normal das operações, menos os custos estimados para a conclusão e os custos estimados de venda, troca ou distribuição.

O estoque da Companhia é composto por carregadores veiculares.

A movimentação dos estoques está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		10.993	-
Compras		2	35.569
Vendas		(361)	(24.576)
Baixas	5.1	(1.508)	-
Saldo final		9.126	10.993

5.1 Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a baixa de R\$ 1.508 de materiais em estoque, decorrente da realização do inventário físico.

6. Outros tributos compensáveis

	31.12.2024		31.12.2023
	Circulante	Não circulante	Circulante
ICMS	-	3.769	3.984
Pis e Cofins	396	-	209
Outros tributos	7	-	-
Total	403	3.769	4.193

7. Adiantamento a fornecedores

O saldo de R\$ 3.366 (R\$ 9.599 em 31 de dezembro de 2023), basicamente relacionado à adiantamentos para os fornecedores de carregadores elétricos veiculares.

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu a perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no montante de R\$ 8.682 (nota explicativa nº 1). Não há custos adicionais relacionados a descarte ou desmantelamento relacionados a esses equipamentos.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Impairment	31.12.2024
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	345	8.337	(8.682)	-
Total	345	8.337	(8.682)	-

	31.12.2022	Adições	31.12.2023
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	-	345	345
Total	-	345	345

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços		5.699	22.063
Materiais e serviços - partes relacionadas	19	30.123	24.921
Total		35.822	46.984

10. Mútuo

Os saldos de mútuo são registrados pelo custo amortizado.

A movimentação do mútuo é como segue:

	Moeda Nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Captações	13.099
Encargos provisionados	382
Encargos pagos	(382)
Pagamentos / amortizações	(13.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

10.1 As principais características do contrato de mútuo está descrita a seguir:

(a) Mútuo obtido e liquidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo I - Enel Brasil	13.099	30/04/24	31/07/24	CDI + 5,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Outras obrigações fiscais

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Obrigações fiscais federais</u>		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	1.935
Programa de Integração Social - PIS	-	420
Provisão de tributos sobre remessa ao exterior	2.588	1.371
INSS sobre terceiros	-	10
Outras obrigações federais	866	5
	3.454	3.741
<u>Obrigações fiscais estaduais</u>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.027	962
	2.027	962
<u>Obrigações fiscais municipais</u>		
Imposto sobre Serviços - ISS	2	3
Outras obrigações municipais	9	9
	11	12
Total	5.492	4.715

12. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 37.045 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 20.045 em 31 de dezembro de 2023), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel X Way S.R.L.	29.636.270	80,00%	16.036.270	80,00%
Enel Brasil S.A.	7.409.067	20,00%	4.009.067	20,00%
Total	37.045.337	100,00%	20.045.337	100,00%

Em 13 de junho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE o aumento de capital no montante de R\$ 17.000, com emissão de 17.000.000 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo 13.600.000 ações subscritas pela Enel X Way S.r.l. e 3.400.000 ações subscritas pela Enel Brasil S.A.

13.2 Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 20.717 (R\$ 916 em 31 de dezembro de 2023).

14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o resultado básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(20.717)	(916)
Número de ações	29.381.403	9.472.734
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,7051)	(0,0967)

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Receita com venda de produtos		2.842	9.375
Receita com venda de produtos - partes relacionadas	19	-	26.326
Receita de serviços		1.644	3.114
Receita de serviços - partes relacionadas	19	-	282
Receita de arrendamento operacional		140	-
Receita operacional bruta		4.626	39.097
<u>Deduções da receita</u>			
ICMS		(701)	(609)
IPI		(223)	(271)
COFINS		(352)	(2.971)
PIS		(76)	(645)
ISS		(81)	(127)
Total deduções da receita		(1.433)	(4.623)
Total		3.193	34.474

Receita de serviços e venda de produtos

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens/serviços forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, sendo:

Receita de serviços: Relacionada a aluguel, instalação e manutenção de carregadores elétricos.

Venda de produtos: Relacionada a venda de materiais e equipamentos de carregamento de veículos elétricos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	2024				
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal		(1.194)	(907)	-	(2.101)
Material		-	(95)	-	(95)
Baixa de estoque		-	(361)	-	(361)
Serviço de terceiros		(1.385)	(3.699)	-	(5.084)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	19	-	(4.408)	-	(4.408)
Aluguéis e arrendamentos		(64)	-	-	(64)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(125)	(125)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	8	-	-	(8.682)	(8.682)
Baixa estoque - inventário	5	-	(1.508)	-	(1.508)
Publicidade e propaganda		-	(1.443)	-	(1.443)
Outras receitas operacionais		-	(1.376)	-	(1.376)
Total		(2.643)	(13.797)	(8.807)	(25.247)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023				
		Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável		
	Nota	Custo		Total	
Pessoal		(3.025)	(764)	-	(3.789)
Material		(3)	(56)	-	(59)
Baixa de estoque		(24.576)	-	-	(24.576)
Serviço de terceiros		(3.273)	(861)	-	(4.134)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	19	-	(3.618)	-	(3.618)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(116)	(116)
Outras despesas operacionais		-	(152)	-	(152)
Total		(30.877)	(5.451)	(116)	(36.444)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	330	573
Outras receitas financeiras	14	1
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(16)	(26)
	328	548
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(382)	-
Atualização de impostos e multas	(15)	(73)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(106)	(52)
Outras despesas financeiras	(63)	(2)
	(566)	(127)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Variações cambiais	(1.930)	125
	(1.930)	125
Total	(2.168)	546

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	-	-	(744)	(277)
Diferidos	2.577	928	1.124	405
Total	2.577	928	380	128
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(24.222)	(24.222)	(1.424)	(1.424)
Base de cálculo	(24.222)	(24.222)	(1.424)	(1.424)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	6.056	2.180	380	128
Prejuízo fiscal - IR e base negativa - CSLL	(3.479)	(1.252)	-	-
Total	2.577	928	380	128
Alíquota efetiva	10,64%	3,83%	26,69%	8,99%

(b) Imposto Diferido:

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>Balancos patrimoniais</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Tributos diferidos ativos:</u>				
Provisão para materiais e serviços	5.926	2.421	3.505	1.529
Total	5.926	2.421	3.505	1.529

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	2033 a 2034
1.111	535	535	535	535	1.605	1.070

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O saldo de tributos diferidos ativos, é basicamente sobre diferenças temporárias, dessa forma não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, dado que na realização da provisão, os referidos tributos também serão realizados.

19. Transações com partes relacionadas

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Way Brasil S.A.

19.1 Controladora (Enel X Way S.r.l.)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Mútuo	Abril de 2024 a junho de 2024	-	-	(382)	-
Expatriados	Dezembro de 2025	(113)	-	(103)	-
Management fee	Dezembro de 2022 a dezembro de 2025	(11.459)	(5.216)	(4.776)	(3.182)
Total		(11.572)	(5.216)	(5.261)	(3.182)

19.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Way Brasil S.A.

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
<u>Prestação de serviços relativos a tecnologia, estrutura e disponibilização de recursos</u>					
Enel X Mobilidade Urbana S.A.	Dezembro de 2024	386	-	-	-
Enel S.p.A.		-	-	471	-
		386	-	471	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel X Brasil S.A.	Agosto de 2027	(1.579)	-	-	-
		(1.579)	-	-	-
<u>Reembolso expatriados</u>					
Enel S.p.A.	Indeterminado	-	(433)	-	(436)
		-	(433)	-	(436)
<u>Compra e venda de carregadores veiculares</u>					
Enel X Brasil S.A.	Dezembro de 2023	9.240	8.617	-	26.326
		9.240	8.617	-	26.326
Total		8.047	8.184	471	25.890

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïda de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	3.221	3.221	4.879	4.879
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	30.339	30.339	37.483	37.483
Total do ativo			33.560	33.560	42.362	42.362
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	35.822	35.822	46.984	46.984
Total do passivo			35.822	35.822	46.984	46.984

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 20.2 Hierarquia do valor justo.

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

20.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.221	4.879
Contas a receber de clientes	4	30.339	37.483
Total		33.560	42.362

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

(b.4) Riscos de mercado

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

21. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	7.818	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

O valor limite dos seguros contempla todas as empresas do Grupo.